DIÁRIO DE JATAÍ

JATAÍ (GO) EDIÇÃO DIÁRIA · **QUINTA-FEIRA, 12 DE NOVEMBRO DE 2026** DIARIODEJATAI.COM.BR

CIDADE

Prefeitura de Jataí fica em 227º lugar entre 246 no ranking de transparência do TCM-GO e não recebe selo; Câmara Municipal é a 33ª e leva o Diamante



Vista de Jataí. Foto: Iaeirou Vrettos (CC BY-SA 4.0), via Wikimedia Commons

O portal da Prefeitura de Jataí ficou na 227ª posição entre os 246 municípios goianos no Ranking da Transparência 2026, divulgado na terça-feira (10) pelo Tribunal de Contas dos Municípios de Goiás (TCM-GO). Com nota 73,74 no índice geral, a...



Sede da Polícia Federal, em Brasília. Foto: Marcos Oliveira/Agência Senado (CC BY 2.0), via Wikimedia Commons

POLÍTICA

Ministério da Justiça cobra explicação da PF por afastar delegados do caso Master; relatórios sobre ministros do STF serão refeitos, e associação fala em "precedente grave"

O afastamento dos dois delegados da Polícia Federal que reuniram em relatórios...



Trecho de pista simples da BR-163/364/070 na Serra de São Vicente, em Mato Grosso, fora do segmento em licenciamento. Foto: Mateus Hidalgo (CC BY-SA 2.5 BR), via Wikimedia Commons

ESTADO

Duplicação da BR-364/060 entre Jataí e Rondonópolis é debatida em audiência do Ibama em Jataí, mas segue sem data para começar; estudo prevê desapropriações em áreas urbanas

A duplicação da BR-364/060 entre Jataí e Rondonópolis (MT) deu um passo...



Sede do Banco do Brasil, em Brasília. Foto: Marcelo Camargo/Agência Brasil

AGRO

Calote no campo derruba lucro do Banco do Brasil em 66,5%: inadimplência do agro vai a 6,92%, concentrada em soja, milho e pecuária do Centro-Oeste, e banco prevê emprestar menos

O maior financiador do agronegócio brasileiro está com dificuldade para receber. O...

NESTA EDIÇÃO

Cidade	2	Judiciário	1	Variedades	1
Política	2	Saúde	1	Entreterimento	1
Estado	1	Meio Ambiente	1	Diversos	1

Prefeitura de Jataí fica em 227º lugar entre 246 no ranking de transparência do TCM-GO e não recebe selo; Câmara Municipal é a 33ª e leva o Diamante



Vista de Jataí. Foto: Iaeirou Vrettos (CC BY-SA 4.0), via Wikimedia Commons

O portal da Prefeitura de Jataí ficou na 227ª posição entre os 246 municípios goianos no Ranking da Transparência 2026, divulgado na terça-feira (10) pelo Tribunal de Contas dos Municípios de Goiás (TCM-GO). Com nota 73,74 no índice geral, a administração municipal foi classificada no nível "Intermediário" e ficou sem nenhum dos selos de qualidade, concedidos a 150 prefeituras do estado. Já a Câmara Municipal de Jataí aparece em 33º lugar entre os legislativos, com nota 96,95 e selo Diamante, o mais alto.

A avaliação faz parte do Programa Nacional de Transparência Pública (PNTP), coordenado pela Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon). Os técnicos conferem se o cidadão consegue encontrar no site oficial informações sobre receitas, despesas, licitações, contratos, obras, diárias, folha de pagamento, ouvidoria e acesso à informação, entre outros itens. São 181 critérios, distribuídos em 22 dimensões.

FALTOU 1,26 PONTO PARA O SELO

Há dois indicadores. No índice essencial, que reúne as exigências mínimas, a Prefeitura de Jataí tirou nota 100. O que derrubou o resultado foi o índice geral: para o selo Prata é preciso ter de 75% a 84%; para o Ouro, de 85% a 94%; e para o Diamante, 95% ou mais. Com 73,74, Jataí ficou a 1,26 ponto do selo mais simples e caiu na faixa Intermediário, que vai de 50% a 74%.

A média das prefeituras goianas foi de 86,97. Só 21 ficaram abaixo de 75%: 20 no nível Intermediário, grupo em que Jataí é a segunda mais bem colocada, e uma no nível Básico, Campos Belos, última da lista, com 41,96. O documento do tribunal não detalha quais critérios cada município deixou de cumprir; essas informações ficam no Radar da Transparência Pública, da Atricon.

COMO FICARAM OS VIZINHOS

Município	Prefeitura	Câmara
Santa Rita do Araguaia	3º – 96,93 (Diamante)	Diamante
Portelândia	5º – 96,88 (Diamante)	Diamante
Perolândia	7º – 96,52 (Diamante)	Ouro
Rio Verde	9º – 96,39 (Diamante)	24º – 97,44 (Diamante)
Serranópolis	17º (Diamante)	sem selo
Montividiu	87º – 90,94 (Ouro)	Prata
Caiapônia	130º – 88,60 (Elevado, sem selo)	sem selo
Jataí	227º – 73,74 (Intermediário, sem selo)	33º – 96,95 (Diamante)
Mineiros	232º – 72,47 (Intermediário, sem selo)	162º – 87,28 (Elevado, sem selo)

Entre as maiores cidades do estado, a Prefeitura de Goiânia ficou em 16º (Diamante), a de Anápolis em 69º (Ouro) e a de Aparecida de Goiânia em 184º (Prata), segundo o TCM-GO.

NOTA PASSA A PESAR NAS CONTAS DO PREFEITO

O resultado deixou de ser apenas um ranking. Pela Decisão Normativa nº 6/2026, de 27 de outubro, o TCM-GO passou a considerar a classificação no PNTP na análise das Contas de Governo dos municípios. Quem tem selo Diamante, Ouro ou Prata não recebe apontamento. As classificações Elevado e Intermediário, caso de Jataí, serão registradas como "impropriedades" e poderão servir de base para identificar exigências legais não atendidas. Multa, de 10% do valor previsto na Lei Orgânica do tribunal, só está prevista para os níveis Básico, Inicial e Inexistente e para quem não participar da avaliação.

COMO A NOTA É CALCULADA

O processo começa com uma autoavaliação preenchida pelo controle interno de cada município. Depois, técnicos do TCM-GO validam os dados, abre-se prazo para recurso e, no fim, a Atricon revisa todos os portais aptos a receber selo. O ranking mede a qualidade e a atualização das informações publicadas no site; não avalia se os gastos são regulares nem a qualidade dos serviços da Prefeitura.

O espaço está aberto para a Prefeitura de Jataí informar quais critérios deixaram de ser atendidos, se recorreu da avaliação e que medidas pretende adotar para melhorar o portal. A manifestação será publicada assim que recebida.

Fonte: Tribunal de Contas dos Municípios do Estado de Goiás (TCM-GO), Ranking da Transparência 2026 do Poder Executivo e do Poder Legislativo.

Publicado às 07h52 · diariodejatai.com.br/?p=20716

Obra do aeroporto de Jataí fica R$ 2,68 milhões mais cara com reajuste de 13,88%; contrato da pista chega a R$ 65,4 milhões, 24% acima do valor assinado em 2025

A obra da pista do Aeroporto Regional de Jataí ficou R$ 2.677.758,81 mais cara. A Prefeitura publicou no Diário Oficial de quarta-feira (11) o extrato do sexto apostilamento ao Contrato nº 111/2025, que reajusta em 13,882723% os valores devidos ao Consórcio Aeroporto Jataí. O documento foi assinado em 9 de novembro, exatamente o dia em que o contrato terminaria se não tivesse sido prorrogado até maio de 2027. Com o novo acréscimo, o contrato assinado em julho de 2025 por R$ 52,5 milhões chega a R$ 65,4 milhões, pelas contas do Diário de Jataí.

O extrato está na página 9 da edição 3283 do Diário Oficial Eletrônico do Município. Segundo o texto, o reajuste corresponde ao "3º aniversário da data base do orçamento (10/2023)", ou seja, os preços da obra foram calculados em outubro de 2023 e são corrigidos a cada 12 meses. O ato cita justificativa anexada ao Processo Administrativo nº 55.521/2026, que não foi publicada, e se apoia nos artigos 6º, inciso LVIII, e 136, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, a Lei de Licitações.

REAJUSTE NÃO É ADITIVO

O reajuste é um direito previsto em lei e no contrato: serve para repor a inflação do setor, medida por índices de custos da construção, e não depende de mudança no projeto. Por isso é formalizado por apostilamento, um registro mais simples

que o termo aditivo, e não entra no limite de 25% que a lei fixa para acréscimos em obras. O extrato informa que este é o sexto apostilamento e o quarto de reajuste.

O documento não diz sobre qual valor o percentual foi aplicado. Uma conta simples indica a ordem de grandeza: R$ 2,68 milhões equivalem a 13,88% de cerca de R$ 19,3 milhões. Se o reajuste incidiu sobre o saldo ainda não executado, a preços de 2023, esse seria o tamanho aproximado da parte da obra que falta pagar. A Prefeitura não divulgou o percentual executado; o aditivo que prorrogou o prazo até 31 de maio de 2027, publicado em 29 de outubro, também não trazia essa informação.

DE R$ 52,5 MILHÕES A R$ 65,4 MILHÕES

O contrato foi assinado em 9 de julho de 2025 por R$ 52.547.849,52, para concluir a pista de pouso e decolagem, a pista de taxiamento, o pátio de aeronaves, o estacionamento e os auxílios à navegação. Levantamento do jornal no Diário Oficial e no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) encontrou estes acréscimos desde então:

Ato	Data	Valor
Apostilamento nº 3	28/01/2026	R$ 3.284.449,51
1º aditivo	25/02/2026	R$ 2.118.275,68
Apostilamento nº 4 (reajuste do 1º aditivo)	21/05/2026	R$ 167.320,31
2º aditivo	04/08/2026	R$ 4.247.220,08
Apostilamento nº 5 (reajuste do 2º aditivo)	08/09/2026	R$ 335.483,32
Apostilamento nº 6 (reajuste de 13,88%)	09/11/2026	R$ 2.677.758,81
Total de acréscimos		R$ 12.830.507,71

A soma leva o contrato a R$ 65.378.357,23, valor 24,4% maior que o assinado. Os dois aditivos, que mudaram quantidades e serviços, representam 12,1% do preço inicial. O restante vem dos apostilamentos: se o de nº 3 também foi reajuste, como indica a contagem do próprio extrato, a correção de preços já acrescentou cerca de R$ 6,5 milhões à obra. O terminal de passageiros é outro contrato, de R$ 12,6 milhões, com vigência até janeiro de 2028.

VILA VIDA TAMBÉM FOI REAJUSTADO

Na página 8 da mesma edição, a Prefeitura publicou o primeiro apostilamento ao Contrato nº 124/2026, da SP Engenharia e Construções, responsável pela ampliação da Instituição de Longa Permanência para Idosos Vila Vida. O reajuste é de "aproximadamente 6,76%" e soma R$ 107.182,37, valor que corresponde a esse percentual aplicado sobre os R$ 1.585.538,08 do contrato inteiro. A data-base do orçamento é junho de 2025, e o contrato foi assinado em 11 de junho de 2026, um ano depois.

É a mesma obra que ficou uma semana parada entre setembro e outubro, quando a Prefeitura notificou a construtora por ter executado 8,44% do serviço para 27,87% previstos no cronograma. O extrato do reajuste, assinado em 29 de outubro, não informa em que ponto a obra está.

USINA DE ASFALTO: LICITAÇÃO VOLTA À ESTACA ZERO

A edição traz ainda, nas páginas 3 a 5, a decisão que acolheu integralmente a impugnação da empresa SR Romanelli Ltda. ao Pregão Eletrônico nº 119/2026, aberto para comprar um caminhão, uma usina móvel de micropavimentação, uma usina de pré-misturado a frio e uma mesa acabadora para a Secretaria de Obras. A empresa contestou a exigência de proteção contra água e poeira no padrão IP69 para o painel e os comandos da usina. Em parecer de 9 de novembro, a própria Secretaria reconheceu que não havia "elementos técnicos suficientes" para manter a exigência, e o edital será republicado aceitando também o padrão IP67, com novos prazos.

A licitação estava marcada para 14 de setembro, foi adiada depois de uma primeira impugnação, remarcada para 26 de outubro e suspensa de novo, sem data, em 23 de outubro, como o jornal registrou em outubro. A decisão desta semana corrige uma exigência que podia restringir a disputa, mas faz o processo recomeçar pela terceira vez.

O QUE FALTA EXPLICAR

O espaço está aberto para a Prefeitura de Jataí informar qual é o percentual executado da pista do aeroporto, sobre que saldo foi calculado o reajuste, qual índice foi usado e qual é a previsão de entrega da obra; e, no caso do Vila Vida, se o cronograma foi retomado. A manifestação será publicada assim que recebida.

Fonte: Diário Oficial Eletrônico do Município de Jataí, edição 3283, de 11/11/2026, páginas 3 a 5, 8 e 9; edição 3276; e Portal Nacional de Contratações Públicas.

Publicado às 07h52 · diariodejatai.com.br/?p=20713

POLÍTICA

Ministério da Justiça cobra explicação da PF por afastar delegados do caso Master; relatórios sobre ministros do STF serão refeitos, e associação fala em "precedente grave"



Sede da Polícia Federal, em Brasília. Foto: Marcos Oliveira/Agência Senado (CC BY 2.0), via Wikimedia Commons

O afastamento dos dois delegados da Polícia Federal que reuniram em relatórios as menções a ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) no caso Banco Master abriu uma crise dentro do próprio governo. O Ministério da Justiça, ao qual a PF é subordinada, enviou na terça-feira (10) um ofício à direção-geral da corporação pedindo explicações. Os relatórios serão refeitos, e a associação nacional dos delegados classificou a troca como "precedente grave".

Segundo o Jornal Opção, os delegados Daniel Cola e Wedson Cajé foram retirados de funções na Coordenadoria-Geral de Repressão à Corrupção, Crimes Financeiros e Lavagem de Dinheiro um dia depois de concluírem, na segunda-feira (9), três documentos sobre menções aos ministros Alexandre de Moraes, Dias Toffoli e Kassio Nunes Marques em material apreendido com o ex-banqueiro Daniel Vorcaro. O caso

foi noticiado pelo Diário de Jataí na terça-feira.

O QUE A DIREÇÃO DA PF ALEGA

A direção-geral, comandada por Andrei Rodrigues, sustenta que os relatórios não seguiram a orientação do presidente do STF, Edson Fachin. Em 13 de outubro, depois de reunião com o diretor-geral, Fachin determinou que "todas as menções encontradas sem exceção" a integrantes da Corte fossem enviadas ao tribunal, em "caráter estritamente descritivo", e lembrou que eventual investigação de ministro depende de autorização do plenário.

Os novos documentos serão individuais, um para cada ministro citado, com interlocutores, datas e horários das mensagens, sem análise do conteúdo. De acordo com informação do jornalista Valdo Cruz, do g1, reproduzida pelo Opção, passarão a incluir também André Mendonça, Luiz Fux e Gilmar Mendes. Pessoas próximas aos delegados afastados dizem que os três ficaram fora da primeira versão porque não foram encontrados elementos suspeitos sobre eles; Mendonça e Gilmar, por exemplo, tomaram decisões contrárias aos interesses de Vorcaro.

Sobre as trocas, a PF afirmou que mudanças em cargos de chefia são atos discricionários da direção, baseados em conveniência e oportunidade, e que as equipes dos inquéritos, entre eles os das operações Compliance Zero (Master) e Sem Desconto (descontos ilegais no INSS), não foram alteradas.

"PRECEDENTE GRAVE"

A explicação não convenceu a Associação Nacional dos Delegados de Polícia Federal (ADPF). Em nota, a entidade chamou a substituição de "precedente grave" e manifestou preocupação com retaliações a investigadores e com a autonomia dos delegados em apurações que envolvem autoridades. A crise teve outro desdobramento: Andrei Rodrigues pediu para se desligar da associação, da qual fazia parte havia 24 anos.

O ofício do Ministério da Justiça pede que a PF apresente os fundamentos administrativos das substituições e esclareça os efeitos sobre as investigações. O diretor-geral da PF é nomeado pelo presidente da República; as reportagens consultadas não registram manifestação do Palácio do Planalto sobre o afastamento.

O QUE NÃO ESTÁ PROVADO

Ser citado em mensagens ou em relatório não é acusação, e não há, até aqui, investigação aberta contra ministros do Supremo. Cabe ao plenário do STF decidir se alguma das menções justifica apuração. As reportagens consultadas não trazem manifestação dos ministros citados sobre os relatórios. O que está em disputa, por ora, é quem decide o que entra nesses documentos e por que os autores da primeira versão perderam as funções no dia seguinte à entrega.

Com informações de: Jornal Opção (relatórios serão refeitos)

Publicado às 07h52 · diariodejataí.com.br/?p=20722

Parada há mais de um ano, obra federal da Casa da Mulher Brasileira em Goiânia tem o segundo anúncio de retomada; ministra de Lula e Mabel prometem entrega em 2027

Depois de mais de um ano parada, a obra da Casa da Mulher Brasileira de Goiânia teve nesta quarta-feira (11) um novo anúncio de retomada, o segundo da atual gestão municipal. O prefeito Sandro Mabel (União Brasil) e a ministra das Mulheres do governo Lula, Márcia Lopes, visitaram o canteiro e prometeram a entrega para 2027. A unidade é um projeto federal para reunir num só endereço delegacia, Justiça, Ministério Público, Defensoria e acolhimento a vítimas de violência. Goiás soma 64 feminicídios neste ano, segundo a ministra.

De acordo com o Jornal Opção, que acompanhou a visita, Mabel disse que a ordem de serviço já foi assinada e que uma nova construtora assume o trabalho. "Quando nós assumimos, pegamos uma construtora aqui que não conseguiu colocar [a obra] para frente. Tivemos que fazer a rescisão desse contrato, uma nova licitação e agora vamos começar essa obra para valer", afirmou. Em fevereiro de 2025, o prefeito e a mesma ministra já haviam tratado da continuidade da construção.

R$ 13 MILHÕES, R$ 10 MILHÕES DA UNIÃO

O investimento previsto é de R$ 13 milhões, dos quais R$ 10 milhões do governo federal e R$ 3 milhões de contrapartida da Prefeitura. Segundo Mabel, restam R$ 9,5 milhões para concluir o prédio. O prefeito prometeu acompanhar a obra pessoalmente e inaugurá-la "no ano que vem".

A ministra defendeu "tolerância zero" com a violência contra a mulher. "Não é possível que as mulheres morram por serem mulheres. E nós já tivemos aqui em Goiás 64 feminicídios neste ano. Isso é muito grave", disse. Pelo projeto, a casa terá assistentes sociais e psicólogas, alojamento provisório, espaço para crianças, Delegacia da Mulher, Ministério Público, Defensoria e vara especializada. Márcia Lopes afirmou não saber se a unidade de Goiânia terá atendimento do Instituto Médico Legal.

COBRANÇA POR SECRETARIA

A ministra aproveitou para cobrar da Prefeitura uma secretaria exclusiva para políticas para as mulheres, hoje reunidas na mesma pasta que cuida de assistência social e direitos humanos. Mabel respondeu que o município já tem estrutura para o tema: "Se precisar reforçar, nós reforçamos também". No governo estadual, a criação de uma secretaria só para o enfrentamento à violência contra a mulher foi anunciada para 2027.

Márcia Lopes disse ainda que o ministério destinou pouco mais de R$ 11 milhões a Goiânia por meio de emendas parlamentares, citando a deputada federal Adriana Accorsi (PT), e que o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres deve ser entregue ao presidente Lula em dezembro.

Nem a ministra nem o prefeito informaram, segundo o relato do jornal, a data exata de reinício dos trabalhos, o nome da nova construtora ou o percentual da obra já executado. A unidade de Brasília, uma das primeiras do país, foi aberta em 2015.

Com informações de: Jornal Opção

Publicado às 07h52 · diariodejataí.com.br/?p=20720

ESTADO

Duplicação da BR-364/060 entre Jataí e Rondonópolis é debatida em audiência do Ibama em Jataí, mas segue sem data para começar; estudo prevê desapropriações em áreas urbanas



Trecho de pista simples da BR-163/364/070 na Serra de São Vicente, em Mato Grosso, fora do segmento em licenciamento. Foto: Mateus Hidalgo (CC BY-SA 2.5 BR), via Wikimedia Commons

A duplicação da BR-364/060 entre Jataí e Rondonópolis (MT) deu um passo no papel, mas continua sem data para sair dele. O projeto, que abrange 387,5 quilômetros de rodovia, está em fase de licenciamento ambiental no Ibama e foi tema de audiência pública na terça-feira (10), em Jataí. Uma segunda audiência está marcada para esta quinta (12), às 18h30, na Câmara Municipal de Rondonópolis, com transmissão pelo canal da Infra S.A. no YouTube.

As informações são do Jornal Opção, que ouviu o diretor-presidente da Infra S.A., Jorge Bastos. A estatal federal é a responsável pelos estudos. Segundo ele, a licença, quando sair, não libera as máquinas de imediato. "A aprovação do licenciamento ambiental, por si só, não representa o início automático das obras", afirmou. Antes será preciso cumprir as exigências do Ibama, aprovar os projetos executivos e obter as autorizações para cada intervenção.

SEM CALENDÁRIO PARA GOIÁS

Também não há cronograma para o lado goiano. De acordo com Bastos, o calendário de duplicações e ampliações em Goiás "deverá ser apresentado com base no Programa de Exploração da Rodovia e nos planejamentos anuais" submetidos à Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT). O prazo depende da conclusão dos procedimentos ambientais e da liberação das áreas onde os serviços serão feitos.

O projeto prevê a regularização ambiental da rodovia, a duplicação de trechos e o aumento da capacidade de tráfego num dos principais corredores de escoamento de grãos do Centro-Oeste. Para Jataí, cortada pela estrada, o assunto interessa duplamente: a rodovia é a saída da safra do Sudoeste Goiano e também uma via usada todos os dias por quem mora na cidade.

DESAPROPRIAÇÕES E IMPACTO AMBIENTAL

O Estudo e o Relatório de Impacto Ambiental (EIA/Rima) identificaram moradias que podem ser atingidas, principalmente nos trechos urbanos. Ainda não há número de imóveis ou de famílias afetadas em Goiás. O diretor-presidente disse que o levantamento será aprofundado no projeto de engenharia, com avaliação imóvel por imóvel e apoio jurídico durante as indenizações, e ressalvou que "o número de edificações não representa necessariamente o número de famílias afetadas".

Na parte ambiental, os estudos apontam possíveis intervenções em vegetação nativa, áreas de preservação permanente e cursos d'água, além de riscos de erosão, assoreamento, fragmentação de habitats e atropelamento de animais. Parte das obras ficará dentro da faixa de domínio que já existe, mas alguns pontos podem exigir supressão de vegetação. Essas atividades, segundo Bastos, "somente poderão ocorrer depois das autorizações cabíveis, com definição de medidas de controle, compensação e recuperação".

O QUE A AUDIÊNCIA PODE MUDAR

As manifestações apresentadas nas audiências entram no processo. Se surgirem questionamentos sobre impactos ainda não avaliados, o Ibama pode pedir novos estudos ou mudanças, de acessos, retornos e drenagem até o traçado. O próprio presidente da estatal admitiu que isso pode mexer nos prazos: "Existe possibilidade de revisão das intervenções e de repercussão no cronograma".

Com informações de: Jornal Opção

Publicado às 07h52 · diariodejataí.com.br/?p=20718

AGRO

Calote no campo derruba lucro do Banco do Brasil em 66,5%: inadimplência do agro vai a 6,92%, concentrada em soja, milho e pecuária do Centro-Oeste, e banco prevê emprestar menos



Sede do Banco do Brasil, em Brasília. Foto: Marcelo Camargo/Agência Brasil

O maior financiador do agronegócio brasileiro está com dificuldade para receber. O Banco do Brasil (BB) informou lucro líquido ajustado de R$ 1,27 bilhão no terceiro trimestre de 2026, queda de 66,5% sobre o mesmo período do ano passado, e atribuiu o resultado principalmente ao aumento dos atrasos na carteira do agronegócio. A inadimplência do setor chegou a 6,92% em setembro, ante 4,84% um ano antes. Segundo o banco, o problema está concentrado em produtores médios e grandes de soja, milho e pecuária, sobretudo no Centro-Oeste.

Os números foram divulgados pelo banco e resumidos pela Agência Brasil. O custo do crédito, que soma as provisões para calotes, os descontos dados em renegociações e o que se recupera de dívidas antigas, alcançou R$ 21,2 bilhões no trimestre, 18,4% a mais que em 2025. "O aumento reflete principalmente a continuidade da elevação da inadimplência em parte da carteira de agronegócios e reforços pontuais em empresas do segmento atacado", afirmou a instituição.

OS NÚMEROS

Indicador	Setembro de 2025	Setembro de 2026
Inadimplência do agronegócio (atraso acima de 90 dias)	4,84%	6,92%
Inadimplência de pessoa física	6,01%	9,14%
Inadimplência geral	4,51%	6,08%
Retorno sobre o patrimônio	8,4%	2,8%
Índice de Basileia	14,81%	13,45%

Com as perdas, o BB cortou pela metade a previsão de lucro para 2026, de uma faixa entre R$ 18 bilhões e R$ 22 bilhões para R$ 9 bilhões a R$ 11 bilhões, e elevou a estimativa de custo do crédito para R$ 80 bilhões a R$ 83 bilhões. Os acionistas, entre eles a União, receberão o mínimo obrigatório: 25% do lucro.

O QUE MUDA PARA O PRODUTOR

O dado que mais interessa a quem planta e cria no Sudoeste Goiano está na projeção da carteira de crédito. O banco esperava crescer entre 0,5% e 4,5% neste ano; agora

fala em estabilidade ou queda de até 2%. Em setembro, a carteira já tinha recuado 0,5% em relação a junho. Na prática, um banco que perde dinheiro com o setor tende a exigir mais garantias, olhar com lupa o cadastro e renovar limites com mais cautela, justamente no momento em que o produtor fecha o custeio da safra de verão.

O resultado sai com a safra de verão em andamento. Em Goiás, o plantio da soja chegou a 74% da área na semana passada, acima da média de cinco anos.

O BB não detalhou a inadimplência por estado nem por município. Para quem está com parcelas em atraso, a orientação geral é procurar a agência antes do vencimento: o próprio balanço mostra que o banco tem concedido descontos em renegociações, contabilizados no custo do crédito.

Fonte: Agência Brasil

Publicado às 07h52 · diariodejatai.com.br/?p=20736

ECONOMIA

Empresa pede autorização para construir trem entre Goiânia e Brasília: projeto privado de R$ 10 bilhões prevê viagem em 70 minutos e passagem de R$ 23 a R$ 150



Antiga Estação Ferroviária de Goiânia, na Praça do Trabalhador; a capital não tem trem de passageiros. Foto: Luiz da Luz (CC BY-SA 4.0), via Wikimedia Commons

Uma empresa privada deu o primeiro passo formal para tentar tirar do papel o trem de passageiros entre Goiânia e Brasília. O requerimento da Ferrovia Brasil Central S.A. à Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) para construir e explorar a linha, batizada de Expresso Pequi, foi publicado no Diário Oficial da União na terça-feira (10). O projeto é estimado em R$ 10 bilhões, sem dinheiro público, e promete ligar as duas capitais em cerca de 70 minutos. A própria empresa admite que a obra completa pode levar de oito a dez anos.

Os detalhes foram dados ao Jornal Opção pelo diretor-presidente da companhia, Jorge Argello. “Ontem foi só o pontapé inicial. A gente está nos primeiros cinco segundos do show. Ainda tem muita coisa pela frente”, disse. O pedido usa o marco legal das ferrovias (Lei nº 14.273/2021), que permite a construção de trechos por autorização, sem leilão de concessão.

SEIS ESTAÇÕES E 155 QUILÔMETROS

O traçado tem aproximadamente 155 quilômetros e seis estações: Brasília, Santo Antônio do Descoberto, Alexânia, Abadiânia, Anápolis e Goiânia, com integração ao metrô do Distrito Federal. Haveria dois serviços: o expresso, direto, em cerca de 70 minutos, e o parador, com paradas em todas as estações, em 92 minutos. Os trens poderiam chegar a 250 km/h.

O projeto em números	
Investimento previsto	R$ 10 bilhões, privados
Extensão	cerca de 155 km
Demanda estimada	100 mil viagens por dia
Passagem Brasília–Santo Antônio do Descoberto	R$ 23 (estimativa)
Passagem Brasília–Goiânia	R$ 150 (estimativa)
Primeira etapa (Samambaia–Santo Antônio do Descoberto)	em quatro anos, se o cronograma for cumprido
Linha completa	de oito a dez anos

O QUE FALTA

Falta quase tudo. A publicação abre prazo de 60 dias para que operadores com concessões em trechos próximos se manifestem. Depois, a empresa espera assinar o contrato de autorização e só então apresentar os projetos definitivos, com terraplenagem, eletrificação, fontes de energia e estudos ambientais. “Só a análise dos projetos pode levar algo perto de três a cinco anos para ser aprovada”, afirmou Argello. O traçado depende de aprovação da ANTT e pode exigir desapropriações, principalmente na chegada a Goiânia.

O dinheiro também não está garantido: a companhia pretende buscar fundos e investidores no Brasil e no exterior depois de assinar o contrato. Os preços das passagens, segundo o executivo, são “só uma estimativa para fazer o estudo de viabilidade”.

PROMESSA ANTIGA

A ligação por trilhos entre as duas capitais é anunciada há mais de 15 anos. Em 2009, foi anunciado um trem de alta velocidade Brasília–Anápolis–Goiânia, com previsão de recursos federais; em 2017, uma operadora sul-coreana apresentou proposta para o trajeto. Nada saiu do papel. Argello diz que a diferença, agora, é haver uma empresa dedicada ao projeto e um estudo de demanda. A empresa estima mais de 3 mil empregos diretos na construção e de 200 a 300 na operação.

O projeto não tem relação com o trem de passageiros entre Luziânia e Brasília, que pode ter edital em 2027.

Com informações de: Jornal Opção (reportagem de 10/11)

Publicado às 07h52 · diariodejatai.com.br/?p=20734

POLÍCIA

Polícia Civil prende 17 em operação contra grupo de Mato Grosso do Sul que abastecia com maconha cidades goianas, entre elas Rio Verde e Quirinópolis; R$ 4,2 milhões são bloqueados



Agente da Denarc durante o cumprimento de mandado de busca na Operação Rota Verde, na quarta-feira (11). Foto: Polícia Civil de Goiás/Divulgação

A Polícia Civil de Goiás deflagrou na quarta-feira (11) a Operação Rota Verde contra uma organização criminosa de Mato Grosso do Sul apontada como uma das principais fornecedoras de maconha para o estado. Foram expedidos 22 mandados de prisão temporária e 25 de busca e apreensão em cinco estados, e a Justiça mandou bloquear cerca de R$ 4,2 milhões em bens e valores. Segundo a investigação, o grupo abastecia pontos de venda em pelo menos sete cidades goianas, entre elas Rio Verde e Quirinópolis, no Sudoeste.

A operação é a 21ª fase da Destroyer, série de ações da Polícia Civil contra o crime organizado, e foi conduzida pela Delegacia Estadual de Repressão a Narcóticos (Denarc). Os mandados foram cumpridos em Goiânia, Aparecida de Goiânia, Trindade e na cidade de Goiás, além de Campo Grande e Dourados (MS), Rio de Janeiro, Papagaios (MG) e Palhoça (SC). Ao Jornal Opção, o delegado Francisco Costa informou que 17 das 22 prisões haviam sido cumpridas, que quatro alvos estavam foragidos e que um investigado morreu em confronto com a Polícia Civil do Distrito Federal durante uma entrega de drogas.

SETENTA QUILOS EM TRINDADE

A investigação começou com a prisão em flagrante de um casal em Trindade, em fevereiro de 2024, com cerca de 70 quilos de maconha. A partir daí, segundo a nota oficial, os policiais identificaram uma organização "estruturalmente ordenada", com divisão de tarefas e ligação com facções, dedicada à venda de maconha no atacado para outros estados.

O grupo usava carros alugados para trazer a droga pelas rodovias. De acordo com o delegado, os veículos eram pequenos de propósito: se a carga fosse apreendida, o prejuízo seria menor, e a perda era compensada com mais viagens. A polícia contou cerca de 20 viagens no período investigado. Em nove delas a carga foi interceptada, com prisões e apreensão de aproximadamente uma tonelada de maconha. A suspeita é que a droga viesse do Paraguai.

CIDADES ABASTECIDAS

A nota da Polícia Civil lista como destinos Trindade, Goiânia, Anápolis, Rio Verde, Quirinópolis, Nova Crixás e a cidade de Goiás. Na entrevista ao Jornal Opção, o delegado citou também Jataí e Senador Canedo entre os municípios atendidos pelos traficantes. Não houve cumprimento de mandados no Sudoeste Goiano nesta fase, segundo a relação divulgada.

São 9 alvos em Mato Grosso do Sul, responsáveis pelo fornecimento, e 13 em Goiás, que seriam os compradores. Entre os goianos está, segundo a polícia, o líder de uma facção que vende drogas e armas no Jardim Cerrado, em Goiânia, foragido do Rio de Janeiro e suspeito de pelo menos sete homicídios na capital.

R$ 7,2 MILHÕES EM DOIS ANOS

A investigação apontou movimentação de aproximadamente R$ 7,2 milhões no período, com uso de contas bancárias de terceiros para esconder a origem do dinheiro. Foram apreendidos veículos, dinheiro, celulares e porções de maconha. Os investigados devem responder por organização criminosa, tráfico interestadual, associação para o tráfico, lavagem de dinheiro e comércio ilegal de armas de fogo.

As prisões são temporárias, com prazo de 30 dias, e a polícia não divulgou os nomes dos presos. Todos são considerados inocentes até decisão definitiva da Justiça. "A investigação continuará para tentar identificar outras pessoas envolvidas com o grupo", disse o delegado.

Fonte: Polícia Civil de Goiás. Com informações de Jornal Opção.

Publicado às 07h52 · diariodejatai.com.br/?p=20732

JUDICIÁRIO

No STF, Dino avisa que audiência sobre o fim da escala 6×1 não discute a medida, só como aplicá-la; escolas particulares de Goiás calculam alta de até 20% na folha



O ministro Flávio Dino, do STF, em evento em São Paulo, em março de 2025. Foto: Rovena Rosa/Agência Brasil

O ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal (STF), abriu na terça-feira (10) a audiência de conciliação sobre o fim da escala 6×1 avisando que o encontro não serviria para discutir a mudança, apenas a forma de aplicá-la. Relator das ações em que a indústria e o comércio pedem a suspensão da nova regra, ele disse também não ter esperança de que a audiência produza acordos. Em Goiás, as escolas particulares calculam que a folha de professores pode subir 20% ou mais, a depender da regulamentação.

As ações diretas de inconstitucionalidade foram apresentadas pela Confederação Nacional do Comércio (CNC) e pela Confederação Nacional da Indústria (CNI). As entidades afirmam que não há tempo para empresas e sindicatos fecharem os acordos necessários antes de 16 de dezembro, quando a jornada máxima cai de 44 para 42 horas semanais e passam a valer duas folgas por semana. Uma nova redução, para 40 horas, está prevista para dezembro de 2027.

"DECISÃO POLÍTICA DO CONGRESSO"

Segundo a Agência Brasil, Dino tratou a mudança como fato consumado. "Mesmo que eventualmente não haja os acordos, não existe cenário de redução de 44h para 40h no dia 16 de dezembro", afirmou, ao responder ao temor das confederações de que a jornada menor fosse exigida de uma vez. "Isso foi uma decisão política do

Congresso Nacional.” A audiência, disse, serviria para listar as controvérsias sobre a aplicação da emenda constitucional.

O ministro apontou um consenso entre centrais sindicais e empregadores: a necessidade de flexibilizar a regra que obriga a conceder as duas folgas dentro do mesmo mês em atividades que não conseguem liberá-las toda semana, como o trabalho embarcado em plataformas de petróleo. Participaram 21 entidades, dez centrais sindicais e onze confederações patronais, entre elas a da agricultura (CNA) e a dos estabelecimentos de ensino (Confenen).

A CONTA DAS ESCOLAS EM GOIÁS

As escolas particulares estavam entre os setores ouvidos. Ao Jornal Opção, o presidente do Sindicato das Escolas Particulares de Goiânia, Flávio Roberto de Castro, explicou que o problema está no descanso semanal remunerado dos professores, hoje calculado como um dia para cada seis trabalhados. “Com a mudança para a escala 5×2, caso o descanso remunerado passe a corresponder a dois quintos, independentemente da carga horária do professor, o impacto na folha de pagamento dos docentes será de, no mínimo, 20%”, disse.

Para ele, as famílias não suportariam o repasse. “Vai acontecer uma fuga de alunos das escolas mais caras para as mais baratas e das mais baratas para o público”, afirmou. O dirigente citou ainda a dificuldade de reorganizar as escalas de vigias, limpeza e cozinha em escolas que abrem aos sábados e de cumprir os 200 dias letivos obrigatórios. “Está tudo muito obscuro ainda, porque precisa fazer a regulamentação de algumas coisas”, declarou.

O decreto que deve detalhar a aplicação da emenda foi adiado pelo governo Lula para depois da viagem do presidente. Em Jataí, pesquisa do Procon divulgada nesta semana mostrou alta média de 4,55% nas mensalidades para 2027, calculada antes de qualquer efeito da nova jornada.

O OUTRO LADO

As centrais sindicais defendem a emenda e o prazo aprovado pelo Congresso, e Dino sustenta que ao Supremo cabe apenas resolver dúvidas de aplicação. O dirigente das escolas disse reconhecer a importância do descanso: “Claro que nós gostaríamos que o nosso professor pudesse ser remunerado a 20%. Mas de onde vai sair isso a mais?”. As ações da CNC e da CNI ainda não foram julgadas.

Fonte: Agência Brasil. Com informações de Jornal Opção.

Publicado às 07h52 · diariodejatai.com.br/?p=20726

SAÚDE

Dia Mundial do Diabetes: 5,3 milhões de brasileiros têm a doença e não sabem; mutirão em Goiânia oferece exame de fundo de olho gratuito no sábado (14)



Teste de glicemia capilar, feito com uma gota de sangue do dedo. Foto: Tomwsulcer (CC0, domínio público), via Wikimedia Commons

Quase um terço dos brasileiros com diabetes não sabe que tem a doença. São cerca de 5,3 milhões de adultos sem diagnóstico, de um total de 16,6 milhões, segundo o Atlas da Federação Internacional de Diabetes. Às vésperas do Dia Mundial do Diabetes, lembrado no sábado (14), Goiânia recebe a 12ª edição de um mutirão gratuito que oferece exame de fundo de olho, teste de glicemia e avaliação com médicos de várias especialidades. A expectativa é atender cerca de 2 mil pessoas.

O MUTIRÃO

O Mutirão Multidisciplinar do Diabetes e Feira da Saúde será das 7h às 12h, na Fundação Banco de Olhos de Goiás (Fubog), na Rua Couto Magalhães, nº 50, Jardim da Luz. Segundo o Jornal Opção, a ação é promovida pela fundação e pelo Lions, em parceria com ligas acadêmicas da Universidade Federal de Goiás e da PUC Goiás, a Sociedade Goiana de Oftalmologia e uma clínica particular. O atendimento especializado é voltado a pessoas com diabetes tipo 1 e tipo 2; a feira é aberta a familiares e ao público em geral. Tudo é gratuito.

O principal exame é o de fundo de olho, que identifica alterações nos vasos da retina e, nesta edição, será feito pela primeira vez com auxílio de inteligência artificial. Quem tiver alteração mais grave poderá passar por exame dos pés, eletrocardiograma, ecodoppler de carótidas e exames de sangue e urina, e receber tratamento a laser na retina, se houver indicação. Haverá ainda orientação nutricional e odontológica.

CEGUEIRA QUE PODE SER EVITADA

“O diabético deve fazer o exame de fundo de olho pelo menos uma vez por ano. É muito importante para a prevenção da cegueira”, disse ao jornal a oftalmologista Luciana Barbosa Carneiro, coordenadora do mutirão. Ela explica que a perda de visão causada pela doença muitas vezes não tem volta, e o tratamento serve para impedir que as lesões avancem. “A cegueira causada pelo diabetes pode ser prevenida quando a doença é diagnosticada e tratada precocemente.”

UM EM CADA NOVE ADULTOS

No mundo, o Atlas calcula 589 milhões de adultos de 20 a 79 anos com diabetes, um em cada nove, dos quais 252 milhões não têm diagnóstico. A projeção é de 853 milhões de doentes em 2050. O Brasil está entre os dez países com mais casos e deve chegar a 24 milhões no mesmo ano.

Uma pesquisa complementar, feita em seis países, mostrou que 80% dos brasileiros com fatores de risco e sem diagnóstico pretendem fazer exames nos seis meses seguintes, o maior percentual do grupo, mas 28% relataram dificuldade para marcar consulta.

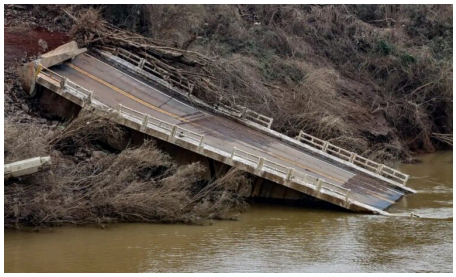
SINAIS DE ALERTA

No diabetes tipo 2, o mais comum, o corpo produz insulina, mas as células resistem à ação do hormônio, e o açúcar se acumula no sangue. Cansaço, sede excessiva e visão turva são sinais frequentes, mas a doença pode passar anos sem dar sintomas. Com o tempo, a glicose alta danifica coração, rins, olhos e nervos. Quem tem casos na família, excesso de peso ou pressão alta deve pedir o exame de glicemia na unidade básica de saúde mais próxima; o teste é oferecido pelo SUS.

Com informações de: Jornal Opção (dados do Atlas)

Publicado às 07h52 · diariodejatai.com.br/?p=20742

Dois em cada três municípios goianos não têm nenhum instrumento para prevenir desastres, mostra o IBGE; lista inclui Caiapônia, Montividiu e Quirinópolis, e Jataí fica fora



Ponte derrubada pela enchente do Rio Forqueta, em Lajeado (RS), em maio de 2024. Foto: Rafa Neddermeyer/Agência Brasil

Em Goiás, 162 dos 246 municípios (65,9%) não têm nenhum instrumento de planejamento para prevenir enchentes, enxurradas ou deslizamentos, como plano diretor ou lei de uso do solo que trate do assunto, plano de redução de riscos ou carta geotécnica. O dado é da Pesquisa de Informações Básicas Municipais (Munic) 2025, divulgada pelo IBGE na quarta-feira (11). No país, três em cada quatro cidades sofreram algum impacto ambiental em dois anos.

O recorte goiano foi publicado pelos portais Jornal Opção e Mais Goiás a partir dos dados do instituto. Os municípios sem instrumento reúnem cerca de 2 milhões de moradores, 26,6% da população do estado. O problema se concentra nos pequenos: dos 162, 147 têm até 20 mil habitantes, e entre os 100 municípios goianos com até 5 mil moradores, 83 não têm nenhuma medida.

O SUDOESTE NA LISTA

Jataí, Rio Verde e Mineiros não aparecem na relação dos que responderam "nenhum instrumento", o que significa que declararam ao IBGE ter ao menos um deles. Na região, estão na lista Caiapônia, Montividiu, Perolândia, Portelândia, Santa Rita do Araguaia, Chapadão do Céu, Aporé, Itajá, Itarumã, Lagoa Santa, Cachoeira Alta, Paranaiguara, São Simão, Quirinópolis, Maurilândia e Paraúna. A pesquisa é respondida pelas próprias prefeituras.

A falta de planejamento contrasta com a frequência dos problemas. Nos quatro anos anteriores à pesquisa, 199 municípios goianos (80,9%) registraram pelo menos um evento climático adverso, e 122 deles não tinham qualquer instrumento de prevenção. Além disso, 167 cidades (67,9%) não contam com recursos básicos de gerenciamento, como mapa de áreas de risco, sistema de alerta ou plano de contingência.

Instrumento em Goiás	Municípios	%
Nenhum instrumento	162	65,9%
Lei de uso e ocupação do solo que previne enchentes e enxurradas	50	20,3%
Plano diretor que previne enchentes e enxurradas	49	19,9%
Plano municipal de redução de riscos	13	5,3%
Carta geotécnica de aptidão à urbanização	7	2,8%
Plano de obras para redução de riscos	4	1,6%

Só 100 dos 246 municípios goianos tinham plano diretor em 2025, e 73 deles nunca o revisaram. Cinquenta desses planos são de 2014 ou antes. O documento é obrigatório para cidades com mais de 20 mil habitantes.

"NÃO É SURPRESA"

Ao Jornal Opção, o geógrafo Aristóteles Neto, analista do IBGE, disse que os números refletem um problema antigo. "Em município pequeno, essa situação é ainda mais crítica, porque, geralmente, eles não têm aquela estrutura que um município grande tem para fazer esse tipo de planejamento", afirmou. Para ele, a redução de riscos depende dos três níveis de governo: "Os efeitos das alterações climáticas são globais, mas os impactos são sentidos nos municípios".

Pela primeira vez, a Munic perguntou se as prefeituras monitoram a emissão de gases de efeito estufa. Em Goiás, apenas Alto Paraíso de Goiás, Rianápolis e Mimoso de Goiás disseram que sim, e 21 municípios (8,5%) informaram ter ações para reduzir emissões.

NO BRASIL

Segundo a Agência Brasil, 4.140 dos 5.571 municípios do país (74,3%) relataram impactos ambientais nos 24 meses anteriores à pesquisa, contra 66,2% em 2020. A seca atingiu 59% das cidades, os alagamentos chegaram a 49,5% (eram 35,8%) e os deslizamentos, a 25,2% (eram 17,1%). Pouco mais da metade tem plano diretor, e só 10,1% têm lei ou instrumento de adaptação à mudança do clima.

Na quarta-feira, o Diário de Jataí mostrou que apenas 284 municípios brasileiros têm plano de contingência disponível ao público, segundo outro levantamento, o Monitor do El Niño.

Fonte: Agência Brasil. Com informações de Jornal Opção e Mais Goiás, a partir da Munic 2025, do IBGE.

Publicado às 07h52 · diariodejatai.com.br/?p=20740

ESPORTES

Aos 10 anos, arremessador goiano de Cidade Ocidental vai disputar o Pan-Americano de beisebol sub-10 no Panamá; família faz campanha para pagar a viagem



Pedro Henrique Ferreira Neres, de 10 anos, com medalhas e troféu conquistados no beisebol. Foto: Rodiney Ferreira/O Cerradão

Um menino de 10 anos de Cidade Ocidental, no Entorno do Distrito Federal, vai representar Goiás num torneio continental de beisebol. Pedro Henrique Ferreira Neres, arremessador formado num projeto social da região, se prepara para disputar o Pan-Americano de Beisebol Sub-10, de 11 a 18 de dezembro, no Panamá. A família faz uma campanha de arrecadação para conseguir pagar a viagem.

A história foi contada pelo portal O Cerradão. Apesar da pouca idade, o garoto já tem uma lista de títulos: foi campeão do Brasileiro de T-Bol em 2025, bicampeão da Taça Brasil Pré-Infantil (2025 e 2026) e venceu neste ano um torneio em Presidente Prudente, no interior de São Paulo. Tem também dois vice-campeonatos da Little League e dois do Campeonato Brasileiro disputado em Londrina (PR), nos mesmos anos.

Em campo, sua função principal é a de arremessador, posição que exige concentração e precisão, mas ele também rebate e joga na defesa. Sobre o torneio internacional, o menino não esconde o tamanho do desafio. “No Panamá vai ser bom, mas vai ser difícil. Eu sei que tenho que me esforçar mais”, disse ao portal.

PROJETO NASCEU EM VALPARAÍSO

O treinador é o próprio pai, Ronald Neres Novais da Silva, idealizador do projeto Arremesso de Ouro. A iniciativa começou entre 2016 e 2017, em Valparaíso de Goiás, chegou a Cidade Ocidental em 2019 e deu origem a uma associação de beisebol e softbol. A participação de famílias venezuelanas, vindas de um país onde o beisebol é esporte popular, ajudou a fortalecer o grupo.

Hoje o projeto atende de 20 a 30 crianças e adolescentes, de 6 a 17 anos, que treinam em campos e quadras de Cidade Ocidental. Além da técnica, a proposta é trabalhar disciplina, respeito, responsabilidade e espírito de equipe.

ESPORTE CARO

O beisebol exige equipamentos específicos, como luvas, tacos e capacetes, e as competições ficam longe de Goiás, o que encarece transporte, alimentação e hospedagem. Para garantir a presença de Pedro Henrique no Panamá, a família abriu uma campanha de arrecadação por Pix e procura apoio de empresas e instituições.

Fonte: O Cerradão

Publicado às 07h52 · diariodejatai.com.br/?p=20730

NACIONAL

Pacote fiscal de Lula promete até R$ 60 bilhões, mas não mostra a conta de cada medida e tira R$ 10,5 bilhões do diesel da meta de 2026; especialistas veem regra enfraquecida



Audiência da Comissão Mista de Orçamento com o ministro do Planejamento, Bruno Moretti, na quarta-feira (11). Foto: Lula Marques/Agência Brasil

O governo Lula apresentou ao Congresso, na quarta-feira (11), o pacote de ajuste fiscal com que pretende fechar as contas de 2027. O ministro do Planejamento e Orçamento, Bruno Moretti, estimou o efeito em R$ 50 bilhões a R$ 60 bilhões, abaixo dos R$ 80 bilhões que vinham sendo negociados. O projeto, porém, não traz o cálculo de quanto cada medida renderá e inclui um dispositivo que vai na direção contrária: autoriza o governo a deixar fora da meta fiscal deste ano até R$ 10,5 bilhões gastos com subsídio ao diesel.

As medidas estão num projeto de lei complementar protocolado pelo líder do governo no Senado, Jaques Wagner (PT-BA), e elaborado pela equipe econômica. O relator será o senador Eduardo Braga (MDB-AM), que também relata o Orçamento de 2027. Segundo a Agência Brasil, o texto “não apresenta uma memória de cálculo detalhada que permita identificar quanto cada medida deverá contribuir para o resultado fiscal”.

O QUE ESTÁ NO PACOTE

- **Trava de gastos:** o crescimento real das despesas poderá ser limitado a 2% em 2027, em vez dos 2,5% do arcabouço, se houver risco de descumprir a meta. O bloqueio adicional seria de R$ 12,8 bilhões e não poderia ser revertido no ano.
- **Benefícios tributários:** corte de 20% em isenções, alíquotas reduzidas, créditos e regimes especiais, além de aumento de 20% nos percentuais do lucro presumido. O texto não diz quais setores serão atingidos nem quanto se espera arrecadar.
- **Compensações:** limite ao uso de créditos que as empresas têm na Receita para quitar impostos.
- **Piso da saúde:** as receitas extraordinárias de petróleo e gás ficam fora da base de cálculo do gasto mínimo até 2030, o que reduz o valor obrigatório.
- **Supersalários:** o Congresso terá 120 dias, depois da lei, para analisar uma regulamentação das verbas indenizatórias pagas acima do teto de R$ 46.366,19. Não há corte imediato nem estimativa de economia.
- **Estados:** redução temporária, para R$ 1 bilhão por ano, de determinadas transferências, com o restante redistribuído entre 2031 e 2037.

O DIESEL FORA DA CONTA

O ponto mais criticado é a exceção aberta para 2026. Hoje, os subsídios pagos por crédito extraordinário ficam fora do limite de gastos, mas entram no cálculo da meta de resultado primário. O projeto retira dessa apuração até R$ 10,5 bilhões da subvenção a produtores e importadores de diesel. O dinheiro continua sendo gasto e continua pesando na dívida; apenas deixa de contar para saber se a meta foi cumprida.

A própria Agência Brasil, veículo estatal, registra que a medida "é alvo de críticas de especialistas, que apontam o risco de enfraquecimento dos mecanismos de controle das contas públicas", e que ela "não representa economia de recursos, mas uma flexibilização da regra fiscal". Pelas estimativas do governo, o conjunto de subsídios e desonerações de combustíveis pode custar cerca de R$ 60 bilhões em 2026, o mesmo tamanho do ajuste prometido para o ano seguinte.

O QUE DIZ O GOVERNO

Moretti afirmou na Comissão Mista de Orçamento que o pacote combina "medidas de receitas e medidas de despesas, sempre buscando proteger as despesas que são cruciais para assegurar direitos" e rever "privilégios, como por exemplo a questão dos supersalários". O governo diz que os subsídios são financiados pela arrecadação extra com o petróleo, estimada pelo Tesouro em R$ 64,6 bilhões neste ano, e que o objetivo é chegar a um superávit de 0,5% do PIB em 2027, ou R$ 73,2 bilhões.

O mercado reagiu sem sobressaltos: o dólar fechou a quarta-feira em queda de 0,42%, a R$ 5,56, e a Bolsa subiu 0,42%. Na véspera, a moeda tinha batido o maior valor em 15 meses, em meio às dúvidas sobre o tamanho do ajuste. Por ser lei complementar, o projeto precisa de maioria absoluta na Câmara e no Senado.

Fonte: Agência Brasil (diesel fora da meta, supersalários e mercado)

Publicado às 07h52 · diariodejatai.com.br/?p=20724

INTERNACIONAL

Paraguai devolve dinheiro a 93% dos clientes do banco Ueno e troca o comando do Banco Central; ex-presidente Peña, destituído pelo Senado, está preso



Sede do Banco Central do Paraguai, em Assunção. Foto: Cmasi (CC BY-SA 4.0), via Wikimedia Commons

O Banco Central do Paraguai informou que 93% dos clientes do banco digital Ueno já receberam de volta o dinheiro que ficou bloqueado com a intervenção na instituição. Até segunda-feira (9), 1.738.804 pessoas haviam sido ressarcidas, num total de 2,126 trilhões de guaranis, cerca de R$ 1,92 bilhão. O prazo legal para concluir os pagamentos terminou na quarta-feira (11). A crise derrubou o presidente da República, o presidente do Banco Central e levou os dois à prisão.

Segundo a Agência Brasil, os pagamentos que faltam são os de clientes com algum tipo de bloqueio, com Certificado de Depósito a Prazo ou com operações na Agência Financeira de Desenvolvimento (AFD), o banco de fomento paraguaio. O Ueno era o maior banco digital do país, e a intervenção deixou milhares de pessoas sem acesso às contas.

NOVO COMANDO

Na segunda-feira, o economista Jorge Schreiner foi nomeado para presidir o Banco Central. Ele integrou a diretoria da instituição por dois anos, até 1999, e comandou a comissão de valores mobiliários do país até 2013. Substitui Carlos Carvallo, que deixou o cargo em meio à crise.

Carvallo e o ex-presidente Santiago Peña estão presos, acusados de envolvimento nos fatos que levaram à quebra do banco. Peña foi destituído depois que o Congresso aprovou seu impeachment. Na semana passada, promotores encontraram uma sala secreta com porta biométrica na mansão do ex-presidente, durante as buscas da investigação.

POR QUE INTERESSA AO BRASIL

O Paraguai é sócio do Brasil no Mercosul e na usina de Itaipu, e milhares de brasileiros vivem e produzem no país vizinho, muitos deles ligados à soja e à pecuária. O ressarcimento da grande maioria dos correntistas é o primeiro sinal de contenção da crise financeira; a crise política, com um presidente destituído e preso, segue em aberto.

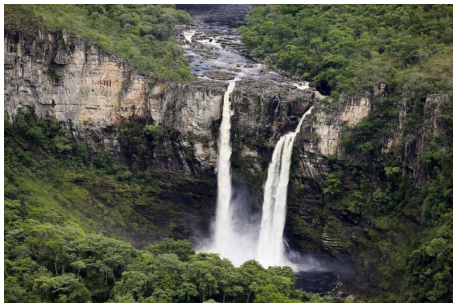
A Agência Brasil não informou qual é a acusação formal contra Peña e Carvallo nem trouxe a versão das defesas.

Fonte: Agência Brasil

Publicado às 07h52 · diariodejatai.com.br/?p=20728

VARIEDADES

Goiás tem montanhas, e elas ficam na Chapada dos Veadeiros: novo mapa do IBGE classifica 1,1 mil km² no Nordeste do estado; planaltos ocupam 86,9% do território goiano



Saltos do Rio Preto vistos do Mirante da Janela, na Chapada dos Veadeiros, em Alto Paraíso de Goiás. Foto: Marcelo Camargo/Agência Brasil (CC BY 3.0 BR), via Wikimedia Commons

Quem aprendeu na escola que o Brasil não tem montanhas pode atualizar a lição, e Goiás entra nela. O novo Mapa dos Macrocompartimentos de Relevo do Brasil, do IBGE, classifica como montanhas cerca de 1,1 mil quilômetros quadrados no Nordeste goiano, na região da Chapada dos Veadeiros. É uma fatia pequena, 0,3% do estado, mas que passa a constar oficialmente na cartografia nacional.

A informação foi publicada pelo portal Mais Goiás com base no material do instituto. Não se trata de descoberta: as serras da Chapada são conhecidas e visitadas há décadas. O que mudou foi o critério. O mapa é a primeira aplicação em todo o país do Sistema Brasileiro de Classificação de Relevo, que divide o território em cinco grandes grupos: montanhas, planaltos, planícies, superfícies rebaixadas e tabuleiros.

O QUE FAZ UMA MONTANHA

Para entrar na categoria, a forma de relevo precisa ter mais de 300 metros de desnível em relação ao entorno e inclinação predominante acima de 15%. Também contam o formato dos topos e das encostas e a posição na paisagem. Foi por essa régua que parte da Chapada dos Veadeiros, onde ficam os pontos mais altos de Goiás, passou a ser montanha no papel.

O mapa identifica montanhas em 20 unidades da Federação. Minas Gerais tem a maior área do país nessa classe.

UM ESTADO DE PLANALTOS

Classe de relevo em Goiás	Área	% do estado
Planaltos	–	86,9%
Superfícies rebaixadas	29,8 mil km²	8,8%
Planícies	10,4 mil km²	3,1%
Corpos d'água continentais	3,2 mil km²	0,9%
Montanhas	1,1 mil km²	0,3%

Goiás é o terceiro do país em proporção de planaltos, atrás apenas do Distrito Federal (98,8%) e do Paraná (94,2%). É nesse relevo de chapadões altos e planos que está o Sudoeste Goiano, e é ele que explica muito da paisagem de Jataí e da região: terras extensas, de pouca inclinação, que facilitaram a mecanização das lavouras de soja e milho.

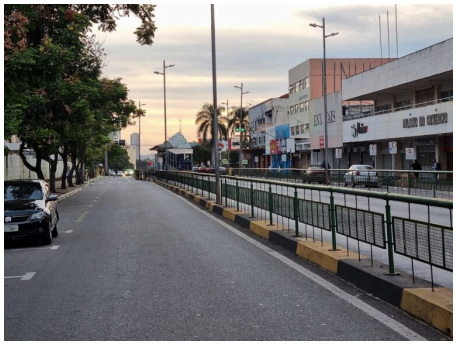
A Chapada dos Veadeiros recebe turistas o ano inteiro, atraídos por trilhas e cachoeiras. O parque nacional que leva o nome da região fica nos municípios de Alto Paraíso de Goiás, Cavalcante e arredores, a cerca de 230 quilômetros de Brasília.

Com informações de: Mais Goiás, a partir de dados do IBGE.

Publicado às 07h52 · diariodejatai.com.br/?p=20744

ENTRETERIMENTO

Pixação e serigrafia viram exposição no Centro de Goiânia: "O caminho e o cultivo" abre nesta quinta (12) e fica em cartaz até o fim de dezembro



Avenida Anhanguera, no Centro de Goiânia, região onde fica a galeria. Foto: Fronteira (CC BY-SA 4.0), via Wikimedia Commons

As letras da pixação, a serigrafia e as cenas do dia a dia nas cidades são a matéria-prima da exposição "O caminho e o cultivo", que abre nesta quinta-feira (12), das 18h às 22h, na Cria Galeria de Arte, no Centro de Goiânia. A mostra reúne trabalhos dos artistas visuais Guilherme Beorn e Kaiky Fernandez, com curadoria de William tRAPo, e fica em cartaz até o fim de dezembro.

Segundo o portal Mais Goiás, os dois artistas usam técnicas diferentes para tratar de temas parecidos: memória, relações humanas e a vida urbana. Guilherme Beorn parte da pixação e do darklettering, estilo de letras de traços elaborados, em pinturas sobre memória afetiva, pertencimento e cotidiano popular, com referências à cultura goiana e à identidade latino-americana.

Kaiky Fernandez combina serigrafia, pintura, escrita e outras técnicas gráficas. Seus trabalhos falam de trabalho, dignidade e do que a cidade lembra e apaga. A proposta da curadoria é aproximar as duas trajetórias e mostrar como experiências comuns ganham outro sentido quando viram arte.

SERVIÇO

- **Exposição:** "O caminho e o cultivo", de Guilherme Beorn e Kaiky Fernandez
- **Abertura:** quinta-feira, 12 de novembro, das 18h às 22h
- **Local:** Cria Galeria de Arte, Rua 5, nº 280, Setor Central, Goiânia
- **Visitação:** até o fim de dezembro, de segunda a sexta, das 10h às 20h, e aos sábados, das 10h às 14h
- **Entrada:** valor não informado pela organização

TAMBÉM NESTA QUINTA

Quem estiver na capital pode emendar outro programa no Centro. O escritor Paulo Lins, autor do romance "Cidade de Deus", participa às 17h de um encontro com o público no Teatro Sesc, na Rua 15, esquina com a Rua 19. A conversa faz parte do projeto Literatura no Centro, do Sesc Goiás e da Academia Goiana de Letras, segundo o Jornal Opção.

Com informações de: Mais Goiás e Jornal Opção

Publicado às 07h52 · diariodejatai.com.br/?p=20738

Goiás é o 3º estado com mais processos por injúria racial, com 613 ações desde 2023; advogados dizem que número real é maior e pedem atendimento especializado no interior



Região do Fórum de Goiânia. Foto: Daisydirday (CC BY-SA 4.0), via Wikimedia Commons

Goiás é o terceiro estado do país em número de processos por injúria racial. Foram 613 ações registradas entre 2023 e 2026, atrás apenas de São Paulo (2.442) e de Minas Gerais (2.073), segundo levantamento da plataforma de dados jurídicos Escavador divulgado às vésperas do Dia da Consciência Negra, em 20 de novembro. No Brasil, são 8.899 processos no período, cerca de 11 novos por dia.

Os números, publicados pelo Jornal Opção, usam a classificação do Conselho Nacional de Justiça para casos de "intolerância e/ou injúria racial, de cor e/ou etnia". Ceará (526) e Rio de Janeiro (325) completam os cinco primeiros. A posição de Goiás, à frente de estados mais populosos, não significa necessariamente que aqui se ofenda mais, dizem os especialistas ouvidos pelo jornal: pode indicar que aqui se denuncia e se registra mais.

A LEI MUDOU EM 2023

O advogado criminalista Lucas Marcelo de Oliveira atribui boa parte do aumento à Lei nº 14.532, de 2023, que equiparou a injúria racial ao crime de racismo. "A pena passou a ser de dois a cinco anos de reclusão e multa, e a ação penal tornou-se pública incondicionada", explicou. Antes, o processo dependia de a vítima manifestar a vontade de processar; agora, o Ministério Público e a polícia podem agir por conta própria. O crime também é inafiançável e não prescreve.

Para Diogo Procópio Costa de Souza, que preside a comissão de igualdade racial da OAB-GO, a existência de uma delegacia especializada em Goiânia, a Deacri, ajuda a explicar o volume. "Muitas ocorrências que, inicialmente, poderiam não ser identificadas como injúria racial pelas delegacias comuns são encaminhadas à unidade especializada", disse.

O QUE NÃO CHEGA À POLÍCIA

Mesmo assim, o retrato é incompleto. A coordenadora jurídica do Escavador, Dalila Pinheiro, lembra que os casos são cadastrados sob assuntos diferentes nos tribunais, o que dificulta a contagem. E muita coisa não vira boletim de ocorrência: o empregado que teme ser demitido, a ofensa de um vizinho ou parente, o agressor desconhecido no trânsito, o caso de escola tratado como bullying. No interior, segundo os advogados, pesam a falta de delegacia especializada e o risco de o atendimento comum minimizar o fato.

Entre os casos recentes citados está o de um jogador de 20 anos. No início do mês, um atleta chorou em campo depois de uma ofensa racista em torneio rural de Posse, no Nordeste goiano.

COMO DENUNCIAR

- Capturas de tela, áudios, gravações de ligações, documentos e testemunhas servem de prova; para conteúdo de internet, é possível registrar uma ata notarial em cartório.
- O registro pode ser feito em qualquer delegacia; em Goiânia, a Deacri é a unidade especializada.
- Além do processo criminal, a vítima pode pedir indenização na Justiça do Trabalho ou na Justiça comum, conforme o caso.

Os advogados defendem levar o atendimento especializado a cidades-polo do interior, ampliar o boletim de ocorrência pela internet e treinar policiais para registrar o crime corretamente. "A Consciência Negra não pode ser um tema lembrado apenas em novembro", afirmou Procópio.

Com informações de: Jornal Opção

Publicado às 07h52 · diariodejatai.com.br/?p=20746

PUBLICAÇÕES LEGAIS E EDITAIS

Editais, avisos de licença ambiental, convocações e notificações veiculados no Diário de Jataí em novembro de 2026, até 12/11/2026, reproduzidos na íntegra.

PUBLICADAS EM 05/11/2026

INDUSTRIA E COMERCIO DE FUMOS JATAI LTDA FUMOS JATAI

CPF/CNPJ: 01.693.647/0001-09

Torna público que RECEBEU junto a Secretaria Municipal do Meio Ambiente, a Licença Ambiental de Operação Renovação, nº 030/2026, válida até 04/11/2034. Para atividade de: C2.1 – Processamento e fabricação de cigarros, cigarrinhas, charutos e assemelhados. No endereço: Avenida Miguel Gonçalves da Silva, Qd. 18, Lt. 16, nº 409, Vila Sofia, Jataí – GO.

FOI DETERMINADO O CUMPRIMENTO DAS EXIGÊNCIAS CONTIDAS NAS NORMAS E INSTRUÇÕES DE LICENCIAMENTO DA SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE.

Publicado e Registrado em 5 de novembro de 2026.

LICENÇA AMBIENTAL ASSOCIACAO LAR SAO FRANCISCO DE ASSIS NA PROVIDENCIA DE DEUS HOSPITAL PADRE TIAGO NA PROVIDENCIA DE DEUS

CNPJ: 53.221.255/0053-71

Torna público que REQUEREU junto a Secretaria Municipal do Meio Ambiente, o Registro Ambiental Corretivo, para atividade de: Atendimento hospitalar, pronto-socorro e atendimento a urgências além de serviços de tomografia e quimioterapia. Localizado na Rua Castro Alves, 686, Centro – Jataí/GO

FOI DETERMINADO O CUMPRIMENTO DAS EXIGÊNCIAS CONTIDAS NAS NORMAS E INSTRUÇÕES DE LICENCIAMENTO DA SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E URBANISMO.

Publicado e Registrado em 5 de novembro de 2026.

PUBLICADAS EM 12/11/2026

AGRICULTURA REGENERATIVA JATAÍ LTDA SUSTAIN AGRO

CPF/CNPJ: 52.942.918/0001-53

Torna público que RECEBEU junto a Secretaria Municipal do Meio Ambiente, a Licença Ambiental de Corretiva, nº033/2026, válida até 11/11/2032. Para atividade de: E3.8 – Armazenamento e distribuição em geral (medicamentos, perfumaria, vestuário, alimentos, bebidas e defensivos agrícolas). No endereço: Avenida Sebastião Herculano de Souza, Qd. 01, Lt. 01, nº 3829, Setor Cordeiro, Jataí – GO

FOI DETERMINADO O CUMPRIMENTO DAS EXIGÊNCIAS CONTIDAS NAS NORMAS E INSTRUÇÕES DE LICENCIAMENTO DA SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE.

Publicado e Registrado em 12 de novembro de 2026.

Diário de Jataí · Jornal on-line de Jataí (GO) · diariodejataí.com.br

Edição de quinta-feira, 12 de novembro de 2026: 17 matérias publicadas no dia, na íntegra, e 3 publicações legais do mês. O endereço curto no fim de cada matéria leva à versão do site, com as fontes e os links.

Gerada em 13/11/2026.